



# CONTRATO DE AJUSTE DIRETO PARA A EMPREITADA DE "CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA, INCLUINDO CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIOS NAS FREGUESIAS DO CONCELHO - ARCO" - AD-35/2016

Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezasseis, nesta Vila de Vila Flor, Edificio dos Paços do Concelho e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Vila Flor, perante mim, Cláudia Isabel Vilares de Carvalho Queijo, Técnica Superior, na qualidade de Oficial Público, nomeada por despacho do Senhor Presidente de 21 de outubro de 2013, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compareceram como outorgantes a fim de celebrar o presente contrato para "Captação, tratamento e distribuição de água, incluindo construção de reservatórios nas Freguesias do Concelho – Arco" – AD-35/2016. ------ PRIMEIRO OUTORGANTE: - FERNANDO FRANCISCO TEIXEIRA DE BARROS, Engenheiro Civil, casado, natural da freguesia de Santa Comba da Vilariça, concelho de Vila Flor, com domicílio necessário nos Paços do Concelho de Vila Flor, União das Freguesias de Vila Flor e Nabo, concelho de Vila Flor, que outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Vila Flor, em conformidade com os poderes que lhe estão consignados na alínea f) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em representação do Município de Vila Flor, titular do Cartão de Identificação de Pessoa Coletiva n.º 506696464. ------- SEGUNDO OUTORGANTE: - ANTERO ALVES DE PAIVA, casado, natural da freguesia de Pigeiros, concelho de Santa Maria da Feira, residente na Rua Abade Tavares, n.º 47, freguesia e concelho de Torre de Moncorvo, portador do Bilhete de Identidade n.º 880712, Av. Marechal Carmona \* 5360-303 VILA FLOR \*Tel. 278 510 100 \* Fax 278 512 380 \* NIPC 506 696 464 \* www.cm-vilaflor.pt



Ar i

emitido em 04/06/2002, pelo Arquivo de Identificação Civil de Bragança, com o contribuinte fiscal n.º 100853528, que outorga na qualidade de Sócio-Gerente, com os necessários poderes, da Firma denominada ANTERO ALVES DE PAIVA - SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, LDA., com sede na Rua Abade Tavares, n.º 20, R/C, freguesia e concelho de Torre de Moncorvo, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Torre de Moncorvo, com o número único de matrícula e pessoa coletiva 503671991, Alvará de Construção n.º 25773-PUB, com validade por tempo indeterminado, e com o capital social de 349.158,52 € (trezentos e quarenta e nove mil, cento e cinquenta e oito euros e cinquenta e dois cêntimos), o que verifiquei pela certidão permanente com o código de acesso: 0325-7681-5339, subscrita em 13/10/2016 e válida até 31/10/2017, tendo sido entregue pelo segundo outorgante. ------ Verifiquei a identidade do primeiro outorgante por ser do meu conhecimento pessoal, assim como a qualidade em que intervém e os poderes que legitimam a sua intervenção neste ato e verifiquei a identidade do segundo outorgante pela apresentação do respetivo cartão de cidadão.-- E, pelo *PRIMEIRO OUTORGANTE*, foi dito:------ Que de harmonia com a deliberação tomada na reunião ordinária de 16 de novembro de 2016 da Câmara Municipal que representa, foi autorizada a celebração do presente contrato, adjudicada ao segundo outorgante e aprovada a respetiva minuta, da Empreitada de "Captação, tratamento e distribuição de água, incluindo construção de reservatórios nas Freguesias do Concelho - Arco" - AD-35/2016, nas seguintes condições e cláusulas:------ PRIMEIRA: - A execução da empreitada é adjudicada pelo valor de € 24.468,08 (vinte e quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito euros e oito cêntimos), que não incluem o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor, de harmonia com a lista dos preços unitários





anexa a proposta apresentada pero segundo outorgante, que noa a razer parte integrante deste
contrato
- SEGUNDA: - A empreitada será adjudicada pelo período de 60 (sessenta) dias contados da
data da consignação
- TERCEIRA: - Os pagamentos serão efetuados através da Ordem de Pagamento na Tesouraria
da Câmara Municipal de Vila Flor até 60 (sessenta) dias contados após a data da emissão da
fatura dos respetivos autos, precedendo da medição dos trabalhos executados e com base nos
preços constantes da proposta já referida, nos termos do n.º 4 do artigo 299.º do Decreto-Lei n.º
18/2008, de 29 de janeiro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 02
de outubro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 03/2010, de 27 de abril
- QUARTA: - Ficam a fazer parte integrante deste contrato, nos termos do Código dos Contratos
Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, o
Caderno de Encargos, aprovado em reunião da Câmara Municipal de 10 de outubro de 2016,
todos os elementos patenteados em concurso e a proposta do segundo outorgante
- QUINTA: - Quanto ao mais, aplicar-se-ão as especificações do caderno de encargos e, na parte
não especificamente prevista, as normas do Código dos Contratos Públicos, que estabelece a
disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que
revistam a natureza de contrato administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de
janeiro, na sua atual redação, prevalecendo, em caso de divergência, a ordem definida no n.º 2
do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual versão, conforme
determina o n.º 5 do mesmo diploma. Em tudo o mais, o presente contrato é regulado pelo





Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua
atual redação
- SEXTA: - A necessidade de recurso ao Ajuste Direto deve-se, especialmente, a
impossibilidade de satisfação da necessidade por via dos recursos próprios da Autarquia
- SÉTIMA: - O presente contrato entra em vigor após a sua assinatura
- OITAVA: - O encargo resultante deste contrato relativo ao ano em curso, no valor total €
24.468,08 (vinte e quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito euros e oito cêntimos),
acrescido de IVA à taxa legal em vigor, vai ser satisfeito pela dotação orçamental com a
seguinte classificação orgânica: 01.02 e económica: 07.01.04.07 e nos termos da Lei dos
Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro,
na sua atual redação, pelo compromisso n.º 2016/1028, efetuado com base no cabimento n.º
2016/902
- Pelo SEGUNDO OUTORGANTE foi dito que aceita para a sociedade que representa o
presente contrato, com todas as cláusulas, condições e obrigações de que declara ter inteiro
conhecimento e a cujo cumprimento se obriga, nos precisos termos acima exarados
- Assim o disseram, outorgaram e reciprocamente aceitaram
- Para que conste de documento autêntico oficial e para os devidos efeitos, se lavrou o presente
contrato, feito em dois exemplares, ambos valendo como original, destinando-se um exemplar a
cada uma das partes, que depois de lido, explicado e achado conforme, vão ser assinados pelos
outorgantes, e por mim, Cláudia Isabel Vilares de Carvalho Queijo, na qualidade já referida, que
o redigi



O 1º Outorgante,

Andrew.

O 2º Outorgante,

Atero Alves de Paira

O Oficial Público,

- Isento do Imposto de Selo de acordo com o artigo 99.º do Orçamento de Estado para 2010, que alterou a Tabela Geral do Imposto de Selo do Código do Imposto de Selo, aprovado pela Lei n.º 150/99, de 11 de Setembro.

- O encargo plurianual, decorrente deste contrato, tem a autorização da Assembleia Municipal de Vila Flor, dada pelo nº 2 do artigo 6.º do articulado de execução orçamental da Câmara Municipal de Vila Flor para 2016, aprovado por aquele órgão em 04 de dezembro de 2015.